

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AgInt no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 1430986 - CE
(2012/0078614-2)**

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FRANCISCO ROBERTO B DE SOUZA E OUTRO(S) -
CE006097
DANIEL SOUZA VOLPE - SP214490
AGRAVADO : EMPESCA S/A CONSTRUÇÕES NAVAIS PESCA E
EXPORTAÇÃO
ADVOGADO : RODRIGO BARRETO COGO E OUTRO(S) - SP164620A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR ÍNFIIMO. DESPROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL DE REVISÃO POR ESTA CORTE. DECISÃO MANTIDA.

1. Em hipóteses excepcionais, quando evidentemente irrisória a verba honorária arbitrada na origem, a jurisprudência desta Corte permite afastar o óbice da Súmula n. 7 do STJ, autorizando a revisão do valor da verba sucumbencial.
2. No caso dos autos, o Tribunal de origem arbitrou os honorários advocatícios em valor inferior a 1% (um por cento) sobre o valor da causa, sendo necessária sua majoração, a fim de remunerar adequadamente o advogado da parte vencedora, sobretudo ante o tempo de duração do processo e a substancial responsabilidade assumida pelo profissional, ao patrocinar causa que envolve discussão de valor elevado.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Raul Araújo. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira
Relator